



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

ATA da décima segunda reunião ordinária do **FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ**. Data: 12 de novembro de 2010 - horário: 09h30 às 12h30. Local: Local: Auditório da Biblioteca Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sito à Trav. Mariz e Barros 2022, Bairro do Marco, Belém-PA.

01 Aos doze dias do mês de novembro de 2010, às 09h30, deu-se início à décima segunda reunião
02 ordinária do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO
03 PARÁ, no Auditório da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
04 (IFPA), sito à Trav. Mariz e Barros 2022, Bairro do Marco, Belém-PA. Estiveram representadas na
05 reunião as seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), na pessoa do Prof. Dr.
06 Licurgo Peixoto de Brito, Coordenador Estadual do PARFOR-PA, neste ato representando a
07 Secretária de Estado de Educação do Pará e Presidente do Fórum Estadual Permanente de Apoio à
08 Formação Docente do Estado do Pará, Profa. Ana Lúcia Lima dos Santos e o Secretário Adjunto de
09 Ensino, Prof. Luiz Otávio Airoza; Profa. Dra. Helena de Freitas (MEC/SEB); Universidade Federal
10 do Pará (UFPA), Prof. Dr. Márcio Nascimento, Prof. Mauro Alves Magalhães, Profa. Dra. Josenilda
11 Maués da Silva e Profa. Msc. Karla Almeida; Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA),
12 Prof. Dr. Orlando Tadeu Lima de Souza e Profa. Dra. Janae Gonçalves Martins; Universidade do
13 Estado do Pará (UEPA), Profa. Dra. Maria das Graças da Silva; Instituto Federal de Educação,
14 Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Profa. Msc. Ana Cássia Sarmiento Ferreira; Associação
15 Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Profa. Ana Rosa Peixoto de
16 Brito; Sindicato dos Pedagogos do Pará (SINPEP), Profa. Maria Salomé Vilhena dos Santos. Como
17 participantes/colaboradoras: Técnica Janete Messias, Profa. Esp. Maíra Carvalho, Profa. Gláucia
18 Baia e Profa. Edna Fernandes, pertencentes à equipe do PARFOR-PA. Não estiveram presentes a
19 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); União Nacional dos Conselhos Municipais de
20 Educação (UNCME/PA); Conselho Estadual de Educação (CEE/PA); Sindicato dos Trabalhadores
21 da Educação do Pará (SINTEPP); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
22 (UNDIME). Ao fazer a abertura da mesa de trabalho da décima segunda reunião extraordinária do
23 Fórum, o Prof. Licurgo comunicou a ausência da Secretária de Estado de Educação, recentemente
24 nomeada, Profa. Ana Lúcia de Lima Santos, e informou que o novo Secretário Adjunto de Ensino é o
25 Prof. Luís Otávio Airoza. Em seguida, foi indicado pelos presentes para presidir a reunião. Ao
26 assumir os trabalhos, o Prof. Licurgo saudou a todos e fez a **leitura da pauta**, assim constituída: 1.
27 Comunicações; 2. Proposições; 3. Ordem do dia: 3.1 - Leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião
28 Extraordinária do Fórum realizada no dia 18/10/2010; 3.2 - Encaminhamentos para o documento da
29 pós-graduação *stricto sensu*; 3.3- Orientações para as Secretarias Municipais sobre o processo de
30 aceitação de pré-inscrições para o 1º semestre de 2011; 3.3 - Continuidade do programa no ano de
31 2012; 4. O que ocorrer. Apresentada a pauta, o Prof. Licurgo franqueou a palavra aos participantes
32 para comunicações. **(1). Comunicações:** O Prof. Licurgo agradeceu à Profa. Maria das Graças
33 (UEPA) pela acolhida ao Fórum para a 11ª Reunião Ordinária e estendeu o agradecimento para o
34 IFPA, na pessoa da Profa. Ana Cássia pela recepção dispensada aos participantes desta reunião.
35 Lembrou que no domingo (14/11/2010) o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação
36 Docente do Pará completará um ano. Ressaltou que aproximadamente nesta data, a um ano atrás, a
37 Secretária de Estado de Educação, juntamente com representantes de outras instituições aqui
38 presentes, como a CAPES/MEC na pessoa da Profa. Helena de Freitas, reuniram-se para instalação

39 deste Fórum; agradeceu o empenho de todos na implementação das ações do Fórum; informou ainda
40 que as pré-inscrições para a Seleção 2011/01 já estão abertas e se encerram em 30 de novembro do
41 ano em curso. A Profa. Maria das Graças (UEPA) informou que no dia seguinte (13/11/10), às 9h00,
42 acontecerá a aula inaugural de abertura da primeira turma de geografia ofertada pela UEPA para o
43 PARFOR-PA. A Profa. Ana Rosa (ANFOPE) reafirmou o convite para participação no evento
44 nacional sobre formação continuada que acontecerá em Caldas Novas/MG no período de 21 a
45 23/11/2010. A Profa. Helena (MEC/CAPES) lembrou das preocupações com as mudanças no cenário
46 político e manifestou-se favorável, enquanto representante do MEC, à permanência do Coordenador
47 Estadual do PARFOR-PA. A Profa. Graça (UEPA) apoiou a manifestação da Profa. Helena
48 (MEC/CAPES); pediu a palavra e sugeriu ao presidente da mesa que fizesse uma análise desse
49 cenário. O Prof. Licurgo lembrou que essas mudanças de gestão nas esferas públicas são quase uma
50 rotina no país e como é de praxe, os ocupantes de cargos comissionados colocam seus cargos à
51 disposição do novo gestor. Portanto, a Coordenação Estadual do PARFOR-PA deve fazer isso, mas
52 antes apresentará ao novo gestor o cenário do Plano e, também, o interesse em dar continuidade às
53 ações em desenvolvimento. A intenção é apresentar o trabalho à nova equipe de governo e deixá-los
54 à vontade para tomar decisões e procederem às mudanças que julgarem necessárias. A Profa. Salomé
55 (SINPEP) questionou o fato de que, ao colocarmos os cargos à disposição, referendamos posições
56 que às vezes vão de encontro à continuidade do que está sendo feito. É preciso quebrar hierarquias,
57 pois os gestores públicos estão para servir e não para serem servidos. A Profa. Graça (UEPA) sugeriu
58 que fosse feito um histórico do Fórum para apresentar à nova gestão e na ocasião o Fórum deve se
59 posicionar lembrando que o momento é de consolidação de ações que estão em pleno curso e que
60 mudanças podem impactar negativamente na sua continuidade. A Profa. Helena (MEC/CAPES)
61 sugeriu que seja elaborado um documento fazendo todo esse histórico do Fórum e da
62 operacionalização do Plano no Estado do Pará para apresentação ao novo gestor estadual, o que foi
63 aceito pelos membros do Fórum e, em seguida, as Profas. Janae (UFRA) e Graça (UEPA) se
64 propuseram a compor o documento. Não havendo mais nenhuma comunicação a ser feita, o
65 presidente da mesa passou para as proposições. **(2). Proposições:** O Prof. Licurgo propôs a inclusão
66 das seguintes pautas. 3.5 - Manifesto do Fórum aos novos gestores, pauta sugerida anteriormente
67 pela Profa. Helena (MEC/SEB); 3.6- Inclusão da demanda das Casas Familiares Rurais na
68 Plataforma Freire. Sobre o assunto lembrou que esse tema é de conhecimento do Fórum e que
69 esforços já foram envidados para atender a essa demanda. A Profa. Helena (MEC/SEB) lembrou que
70 esse debate também já apareceu na Conferência Nacional de Educação e houve resistência; 3.7 -
71 Realização da Sessão Especial em dezembro, na reunião que acontecerá na UFRA, na Fazenda
72 Escola localizada em Castanhal, onde também acontecerá a confraternização. O Prof. Márcio
73 Nascimento (UFPA) propôs a o item 3.8 - Discussão sobre a especialização. As proposições foram
74 aprovadas por unanimidade. **(3). Ordem do dia: 3.1** - Leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião do
75 Fórum realizada em 18/10/2010. O Prof. Licurgo informou que a Ata já havia sido disponibilizada
76 anteriormente, via e-mail, aos membros do Fórum para apreciação e sugestões. Feitas as alterações, a
77 ata foi aprovada e encaminhada para assinatura. **3.2** – Encaminhamentos para sistematização do
78 documento da pós-graduação *stricto sensu*. O Prof. Licurgo falou que já foi apresentada aos
79 membros do Fórum, na reunião passada, uma minuta de documento sobre o assunto, e também
80 solicitado à Profa. Helena (MEC/CAPES) que apresentasse contribuições para a formatação do
81 mesmo. Sobre as contribuições feitas pela professora e encaminhadas ao Prof. Licurgo, este
82 comentou que alguns pontos divergem da minuta apresentada pelo Fórum e abriu a discussão sobre o
83 assunto solicitando a manifestação da Profa. Helena (MEC). Esta enumerou alguns itens que
84 permeiam o assunto ao evidenciar que o mestrado e o doutorado são cursos da formação superior.
85 Portanto, ao propormos a pós-graduação para a educação básica é preciso fazer a pergunta: é
86 mestrado profissional ou acadêmico? Frisou que a especialização é uma preparação para o início da
87 carreira acadêmica e que para a educação básica não podemos reproduzir a lógica da educação
88 superior, isto porque quando algumas questões da educação superior vêm para educação básica, isso
89 impõe problemas. Basta ver a portaria de regulamentação do mestrado profissional. É outra

90 concepção. O desafio posto é o de se construir o que é a carreira da educação básica. A solução é
91 pautar para CAPES esse documento, sobre o *lato sensu*, dado que este ainda não existe. Temos que
92 trazer a especialização para o debate, pois a tendência da CAPES é não olhar a educação básica do
93 ponto de vista da educação superior. O que a CAPES quer para educação básica é evitar a
94 reprodução da educação superior. Pois o perfil da educação básica não deve voltar-se para a
95 formação de cientistas, deve ter outro foco. São focos diferentes que se não soubermos direcioná-los,
96 teremos muitas implicações. A Profa. Josenilda (UFPA) destacou a importância de pensarmos um
97 formato de *lato sensu* para a clientela da Plataforma Freire. Ao prosseguir com suas observações, a
98 Profa. Helena (MEC/CAPES) lembrou que o Ministro da Educação propôs um mestrado para esse
99 segmento que não se propõe avançar no campo específico da área do conhecimento, mas avançar no
100 sentido da profissionalização da educação básica. O Prof. Licurgo disse que é possível compor o
101 documento final a partir da base dos dois documentos apresentados, incluindo ainda a
102 especialização. Quanto ao *lato sensu*, as sugestões feitas pela Profa. Helena (MEC/CAPES) são
103 satisfatórias. O Prof. Márcio indagou sobre a inserção na Plataforma Freire, o que foi respondido
104 pela Profa. Helena ao informar que a Plataforma vai abrir, mas para sugestões da formação
105 continuada em agosto de 2011 ou no primeiro semestre de 2012, em função da mudança de Governo.
106 Evidenciou que o dilema da especialização presencial é quem a avalia na CAPES. Sobre o tema, será
107 feita uma nova versão do documento com base nas duas visões e num prazo de 10 a 15 dias, a contar
108 dessa data, e então, a formatação final será encaminhada a CAPES. A Profa. Josenilda (UFPA) se
109 colocou à disposição para ajudar na sistematização final, o que foi aceito. O presidente da mesa
110 lembrou que esse tema fecha também o item 3.8, relativo à discussão sobre a especialização e que,
111 portanto, não será necessário abri-lo mais para o debate, e assim passou para o próximo item da
112 pauta. **3.3 – Orientações para as Secretarias Municipais sobre o processo de aceitação de pré-**
113 **inscrições para o 1º semestre de 2011.** O Prof. Licurgo lembrou que, apesar de todas as orientações e
114 esforços conjugados pelas Secretarias, os procedimentos praticados pelas mesmas não estão sendo
115 satisfatórios; somando-se a isso, os procedimentos adotados pela Plataforma Freire para essa seleção
116 evidenciaram outras questões. Em seguida passou para a apreciação e aprovação da minuta de Ofício
117 Circular GS, com data de 12/11/2010, a ser encaminhado às SMEs, a fim de subsidiá-las quanto ao
118 processo seletivo em curso. Sobre este, foram feitos destaques no item 3 que trata dos professores da
119 educação básica em função administrativa sendo levantados alguns pontos. O Prof. Licurgo disse
120 que em tese o quantitativo de professores nessa condição não é tão expressivo, pois segundo as
121 estimativas feitas pelo Comitê Gestor Interinstitucional não passam de 4%; lembrou que o Ofício
122 Circular n. 168/MEC de 10/11/2010 conflita de certa forma com essa questão ao definir como
123 aceitos apenas professores cadastrados no Educacenso/2009. No caso do professor em função
124 administrativa, a idéia é fazer a aceitação e, sendo selecionado, este deve proceder à desvinculação
125 da função que ocupa e retornar à sala de aula, devendo apresentar comprovação. A Profa. Helena
126 (MEC/CAPES), ao perguntar ao presidente da mesa, se esses professores são demanda da Secretaria
127 ou demanda voluntária, lembrou que essas exceções acabam virando regras. A Profa. Ana Cássia
128 (IFPA) sugeriu o acréscimo neste item do ofício dos cursos para os quais devem ser direcionados,
129 que são Licenciatura em Computação e Licenciatura em Ciências da Religião. O Prof. Márcio
130 (UFPA) disse que no Pará essas funções administrativas são ocupadas ou por eleições diretas ou por
131 indicações e por isso mudam muito, portanto, nesse caso, cabe perguntar ao professor qual a sua
132 opção. Assim, esse sujeito deve ser orientado no que fazer, para que possamos pensar em atender
133 essa demanda sem perder o foco das determinações/orientações da Política de Formação Docente da
134 Plataforma Freire. A Profa. Salomé (SINPEP) manifestou-se favorável ao Prof. Márcio ao afirmar
135 que é preciso estar focado nos direcionamentos da política de formação inicial e continuada. A Profa.
136 Graça (UEPA) lembrou que isso remete a indagações sobre qual é a função do trabalhador da
137 educação, do docente, do profissional do magistério. O encaminhamento mais correto seria fazermos
138 e propormos aditivo sobre essa concessão para apresentarmos a CAPES. Temos que ter claro que
139 isso pode levantar uma série de demandas e processos reivindicando sua inserção. A Prof. Karla
140 (UFPA) disse que para propormos reformulações na política de formação que contemple esse tema é

141 preciso saber com que concepção trabalhar; pois nas redes municipais de ensino há profissionais
142 com e sem o Ensino Médio em sala de aula e o professor que está em função administrativa,
143 portanto, se abirmos para os professores que atuam em função administrativa, também teremos que
144 atender os técnicos pedagógicos. A Profa. Helena (MEC/CAPES) lembrou que as disfunções
145 apontadas são problemas identificados no administrativo no Pará e, também, em outras regiões e que
146 a minuta de ofício em debate é clara na sua proposição. Sobre a pergunta feita anteriormente pela
147 Profa. Helena, o Prof. Licurgo disse que os docentes lotados em função administrativa tanto podem
148 ser solicitados pelas respectivas secretarias como por interesse próprio; lembrou também que a base
149 da demanda inicial que vem sendo trabalhada é a do Educacenso/2007, expressa no Plano de
150 Formação Docente do Estado do Pará apresentado ao MEC. De acordo com esses dados 90% das
151 funções docentes em nosso Estado são desempenhadas por professores sem a formação exigida pela
152 LDB. Portanto, as necessidades são bastante acentuadas e, embora essa demanda, aparentemente,
153 fira a essência da política de formação é uma dívida que precisamos sanar. A Profa. Helena
154 (MEC/CAPES) lembrou que no processo seletivo em andamento (2011/01) a Plataforma Freire só
155 está aceitando pré-inscrições de professores que estão no Educacenso/2009; sugeriu que o Fórum
156 apresente um documento à CAPES expondo essa demanda de atendimento dos professores em
157 função administrativa, pela Plataforma Freire, inclusive propondo uma linha no PARFOR para
158 corrigir essa distorção, que entende ser histórica. Ao afirmar a necessidade de encaminhamento de
159 um Plano Estratégico sobre essa questão, evidenciou que em casos de professores que estão no
160 Educacenso/2009, mas que no momento da pré-inscrição se encontram em função administrativa, ao
161 serem selecionados devem voltar à sala de aula para poder fazer jus à vaga conforme determina o
162 programa. A Profa. Salomé (SINPEPP) manifestou-se favorável ao posicionamento do Prof. Márcio
163 (UFPA) e da Profa. Helena (MEC/CAPES) e indagou se essa proposição abrangeria os professores
164 em readaptação. O Prof. Licurgo, ao responder, disse que não, pois estes não retornarão à sala de
165 aula, dada sua condição; e evidenciou que até a reunião passada, já tinham sido cadastrados na Base
166 de Informação dos Professores da Educação Básica (BIP) mais de 51 mil professores, hoje mais de
167 60 mil e que essas informações estão sendo qualificadas para termos dados mais seguros sobre a
168 demanda de formação inicial e continuada. Informou que na sua visita à Cametá, no dia 12 do mês
169 em curso, para reunir com a Secretaria Municipal de Educação daquele município, e com o
170 sindicato, ouviu de um dos presentes um depoimento de que o BIP é uma importante ferramenta de
171 gestão pelo conjunto de informações que disponibiliza para consultas. Acatadas as sugestões para a
172 redação do item 3 do documento em análise, o Prof. Mauro (UFPA) lembrou da necessidade de se
173 divulgar esse procedimento, em aprovação, para que não haja dúvidas, e o Prof. Licurgo reforçou a
174 necessidade do uso de todas as mídias no sentido de que essa orientação chegue a todos os sujeitos
175 interessados. Ainda, sobre esse tema, o Prof. Licurgo lembrou que muitas secretarias não executaram
176 ações relativas ao Educacenso/2009 em tempo hábil e estão tendo complicações nesse processo
177 seletivo 2011/01. Então, considerando a presença do MEC nessa reunião, cabe a dúvida a respeito do
178 que fazer com os professores que não estão no Educacenso/2009. A Profa. Helena (MEC/CAPES)
179 ressaltou que o programa de formação inicial e continuada ainda tem algum tempo até sua
180 finalização, portanto colocar o Educacenso como parâmetro é fundamental, pois obriga as secretarias
181 a adotarem estratégias no sentido de qualificar as informações sobre os professores que estão nas
182 suas redes. Então, o professor que não se pré-inscrever agora, poderá fazê-lo em 2011/02. O Prof.
183 Licurgo citou os casos de Rio Maria e Gurupá. Sobre o primeiro, disse que, apesar de não ser um dos
184 municípios mais críticos, apresenta problemas; sobre o segundo, dada a dificuldade de acesso,
185 lembrou que foram feitos esforços no sentido de levar turmas até este e que, com essa deliberação do
186 MEC que adota o Educacenso/2009, para as pré-inscrições 2011/01 muitos professores vão ficar de
187 fora, até porque não sabe se cursos ofertados para essa seleção serão novamente ofertados e/ou se o
188 programa vai continuar; consultou a Profa. Helena (MEC/CAPES) sobre a possibilidade da
189 Plataforma Freire ser gerada novamente tendo como base o Educacenso/2010. Ao responder a
190 indagação feita, a Profa. Helena (MEC/CAPES) evidenciou as dificuldades de se trabalhar a Seleção
191 2011/01 tendo como base o Educacenso/2010. **3.4 - Continuidade do Programa em 2012.** O Prof.

192 Licurgo disse que a intenção dessa pauta é levar, se for o caso, todos os fóruns a se posicionarem
193 pela continuidade do programa considerando suas demandas de formação; isto porque no Pará, até
194 2011, não se atenderá cerca de 50% da demanda apresentada. A Profa. Helena (MEC/CAPES)
195 sugeriu que o Fórum Estadual apresente à CAPES/MEC um diagnóstico da situação em que se
196 encontra essa política no Pará e que neste, conste informações sobre a demanda inicial por formação,
197 o percentual atendido até o momento, as demandas emergentes não atendidas pelo programa e, com
198 base nisso, apresentar metas de continuidade do mesmo. **3.5** - Manifestação do Fórum sobre a
199 Coordenação Estadual na nova gestão. No que tange à esfera estadual, o Prof. Licurgo pediu
200 sugestões aos participantes da reunião, consultando-os sobre qual a forma de manifestação a ser
201 adotada. A Profa. Graça (UEPA) sugeriu que um documento seja escrito, e que este expresse todos os
202 processos operacionalizados no Pará, o percentual das metas alcançadas, dentre outras informações
203 relevantes. A sugestão foi aceita e as professoras Graça (UFPA) e Janae (UFRA) ficaram
204 responsáveis pela sistematização de um documento para ser apresentado aos membros do Fórum
205 para aprovação e posterior encaminhamento antes da apresentação aos novos gestores estaduais. **3.6**
206 - Inclusão da demanda das Casas Familiares Rurais (CFRs). O Prof. Licurgo, a pedido de membros
207 que não conheciam a proposta, informou que essas casas têm como base de orientação a Pedagogia
208 da Alternância e que os professores que estão nesses espaços, apesar de, em alguns casos, terem
209 formação superior em outras áreas, não apresentam habilitação adequada para atuar com a Pedagogia
210 da Alternância e outros recursos pedagógicos. Estes professores são do quadro da SEDUC, sob
211 regime de convênio, portanto, estão buscando no PARFOR essa complementação; lembrou que o
212 pedido de inclusão desses professores foi apresentado no ano passado à Coordenação Estadual e
213 levado à apreciação do Fórum, e que esforços foram envidados para acatar a solicitação da SEDUC
214 de acolhimento destes. A situação pontuada é que eles não têm registro no Educacenso/2009. Dessa
215 maneira, permanece a dúvida no que tange à demanda. A Profa. Helena (MEC/CAPES) lembrou que
216 esse debate apareceu na Conferência de Educação e houve muita resistência. Quanto aos professores
217 que não estão no Educacenso, a referida professora já sondou o Secretário André Lazaro, titular da
218 MEC/SECAD. O Prof. André Lázaro se disse preocupado com essas pessoas que atuam em sala de
219 aula, mas não estão registrados no Educacenso, pois há escolas que não são reconhecidas. Então, a
220 Profa. Helena vai tornar a argumentar com o Secretário sobre como fazer o acolhimento dos
221 profissionais das CFRs do estado, no entanto é preciso saber quantos estes são. O Prof. Licurgo disse
222 que já há um documento protocolado na SEDUC-PA que lista esses professores. A Profa. Helena
223 (MEC/CAPES) ficou de enviar, via e-mail para a Coordenação Estadual do PARFOR-PA, as
224 orientações para este caso específico. **(4) O que ocorrer.** Encerrado o debate sobre a pauta, o
225 presidente da mesa mencionou que o item 3.8 já foi contemplado anteriormente; o item 3.7, que trata
226 da realização da Sessão Especial em dezembro, juntamente com a 13a. Reunião do Fórum que
227 acontecerá na UFRA, já foi acatada; neste momento também será feita a confraternização dos
228 membros e convidados. Informou, a pedido da Profa. Helena (MEC/CAPES), que as senhas de
229 acesso dos membros do Fórum ao BIP ainda não foram disponibilizadas por problemas técnicos do
230 sistema, o que será corrigido em breve. Assim, não havendo mais nada a tratar, o Prof. Licurgo
231 agradeceu a presença de todos informando que a próxima reunião ocorrerá no dia 13 de dezembro de
232 2010 (segunda-feira), às 9h00, na Fazenda Escola, Campus da Universidade Federal Rural da
233 Amazônia, no município de Castanhal (PA), que será a instituição anfitriã; deu por encerrada a
234 sessão e nós, Janete Messias dos Santos e Máira Carvalho de Carvalho, lavramos a presente ata.

Nº	INSTITUIÇÕES	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURAS
1	SEDUC-PA - COODENAÇÃO ESTADUAL DO PLANO DE FORMAÇÃO DOCENTE - PARFOR-PA	Licurgo Peixoto de Brito	
2	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - MEC	Helena de Freitas	

3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Mauro Alves Magalhães	
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	Márcio Lima do Nascimento	
5	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	Maria das Graças da Silva	
6	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	Orlando Tadeu Lima de Souza	
7	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	Janae Gonçalves Martins	
8	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA	Ana Cássia Sarmanho Ferreira	
9	SINDICATO DOS PEDAGOGOS DO ESTADO DO PARÁ – SINPEP	Maria Salomé Vilhena dos Santos	
10	ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE	Ana Rosa Peixoto de Brito	